

NÍVEL SUPERIOR
ANALISTA AMBIENTAL

Nome do(a) Candidato(a): _____

Nº de Inscrição: _____

Assinatura**PROVA TIPO****1**

MARQUE O TIPO DE PROVA AO LADO NO SEU CARTÃO RESPOSTA.
MARCAÇÃO INCORRETA OU NÃO MARCAÇÃO DO TIPO DE PROVA NO **CARTÃO RESPOSTA**, SÃO DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DO CANDIDATO, IMPLICANDO NA SUA **ELIMINAÇÃO**.

INSTRUÇÕES AO CANDIDATO

1. Confira se, além desta **PROVA**, você recebeu o seu **CARTÃO RESPOSTA**, destinado à marcação das 50 (cinquenta) questões objetivas e o **FORMULÁRIO DE RESPOSTAS DAS QUESTÕES ANALÍTICO-DISCURSIVAS**, destinado à transcrição definitiva das suas duas respostas.
2. Confira se o seu nome e data de nascimento constam no **CARTÃO RESPOSTA** que você recebeu. Em caso de erros comunique imediatamente ao fiscal de sala, para que este proceda o registro na Ata de Sala, que deverá ser assinada por você, ao lado da modificação.
3. Somente em caso de urgência peça ao fiscal para ir ao banheiro, sempre acompanhado do fiscal itinerante, **devendo, no percurso, permanecer absolutamente calado**, podendo, nesse momento, sofrer revista com detectores de metais. Ao término da sua prova, você não poderá mais utilizar o banheiro.
4. É obrigatório que você preencha e assine o cabeçalho desta prova, a **LISTA DE PRESENÇA** e o **CARTÃO RESPOSTA**, do mesmo modo como está assinado no seu documento de identificação.
5. Você deverá permanecer, obrigatoriamente, no local de realização da sua prova, por, no mínimo, 01 (uma) hora após o seu início, e somente poderá retirar-se levando sua prova, nos últimos 60 (sessenta) minutos do horário determinado para o término da prova.
6. O **CARTÃO RESPOSTA** é o único documento válido para o processamento de suas respostas, assim como o **FORMULÁRIO DE QUESTÕES ANALÍTICO-DISCURSIVAS** é o único documento considerado para a correção das suas respostas.
7. A marcação do **CARTÃO RESPOSTA** e a **transcrição definitiva** para o **FORMULÁRIO DE QUESTÕES ANALÍTICO-DISCURSIVAS**, devem ser feitas somente com caneta esferográfica de tinta preta ou azul. O rascunho não será considerado para efeito de correção e o **Formulário não pode conter sua identificação**.
8. Em hipótese alguma haverá substituição do **CARTÃO RESPOSTA** e (ou) do **FORMULÁRIO DE QUESTÕES ANALÍTICO-DISCURSIVAS** por erro do candidato. A substituição só será autorizada se for constatada falha de impressão.
9. Os **três últimos candidatos deverão permanecer em sala** aguardando até que todos conclua a prova para assinarem a Ata de Sala e saírem conjuntamente.
10. O **saco plástico recebido para guarda do material** deverá, **obrigatoriamente**, ser colocado embaixo de sua carteira. O **descumprimento** dessa medida, e de outras constantes no Edital do Concurso, e nesta capa de prova, **implicará na sua eliminação**, constituindo tentativa de fraude.

Boa Prova!

TEXTO BASE PARA AS QUESTÕES DE 01 A 04.

Preço da cesta básica cai em 16 de 17 capitais pesquisadas pelo Dieese
Porto Alegre foi a capital que apresentou o maior custo

Publicado em 06/09/2023 - 16:57 Por Bruno Bocchini - Repórter da Agência Brasil - São Paulo

O preço da cesta básica de alimentos caiu em 16 capitais no mês de agosto, em comparação a julho. As maiores quedas ocorreram em Natal (5,2%), Salvador (3,3%), Fortaleza (2,8%), João Pessoa (2,7%) e São Paulo (2,7%). A única elevação ocorreu em Brasília, de 0,3%. Os dados, divulgados nesta quarta-feira (6), são do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), que pesquisa mensalmente o preço da cesta de alimentos em 17 capitais.

A cidade de Porto Alegre foi a capital onde o conjunto dos alimentos básicos apresentou o maior custo, R\$ 760,59, seguida de São Paulo, R\$ 748,47; Florianópolis R\$ 743,94, e Rio de Janeiro, R\$ 722,78. Os menores valores foram registrados em Aracaju, R\$ 542,67; João Pessoa, R\$ 565,07; e Salvador, R\$ 575,81.

Comparado ao preço da cesta básica de agosto com o do mesmo mês de 2022, houve queda em nove capitais, com variações que oscilaram entre 5,24%, em Vitória, e 0,08%, em Curitiba. A elevação nos preços foram apresentados em oito cidades, com destaque para Fortaleza, com 2,50%; Porto Alegre, 1,67%, e Belo Horizonte, com 1,23%.

No acumulado dos oito primeiros meses do ano até agosto, o custo da cesta básica caiu em 12 capitais, com destaque para Vitória, com queda de 9,32%; Goiânia, 8,96%; Belo Horizonte, queda de 7,22%, e Campo Grande, 7,06%. Os maiores percentuais foram registrados em Aracaju, com alta de 4,15%, e Recife, 2,77%.

[...]

(PREÇO DA CESTA BÁSICA. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-09/preco-da-cesta-basica-cai-em-16-de-17-capitais-pesquisadas-pelo-dieese>. Acesso em: 09 de outubro de 2023).

01 A partir das informações apresentadas no texto, é correto afirmar que

- (A) a queda no preço da cesta básica, referente ao mês de agosto, em comparação ao mês de julho, fez com que esta atingisse seu menor valor no ano de 2023, em 17 capitais.
- (B) das dezessete localidades pesquisadas, oito delas apresentaram elevação nos preços, na comparação entre o preço da cesta básica em agosto de 2023 e seu preço em agosto de 2022.
- (C) em agosto de 2023, o preço da cesta básica em João Pessoa estava menor do que em Aracaju.
- (D) no mês de agosto de 2023, em comparação a julho do mesmo ano, o custo da cesta básica caiu em 12 capitais, com destaque para Vitória.

02 No título “Preço da cesta básica cai em 16 de 17 capitais [...]”, o verbo é flexionado

- (A) no tempo passado, mas remete a um evento no presente.
- (B) no tempo presente, mas remete a um evento no futuro.
- (C) no tempo futuro, mas remete a um evento no presente.
- (D) no tempo presente, mas remete a um evento no passado.

03 No trecho “A elevação nos preços foram apresentados em oito cidades [...]”, ocorrem

- (A) um desvio de concordância verbal e outro de concordância nominal, respectivamente.
- (B) um desvio de regência nominal e outro de regência verbal, respectivamente.
- (C) um desvio de regência verbal e outro de concordância nominal, respectivamente.
- (D) dois desvios de regência verbal.

- 04 Sobre o trecho “No acumulado dos oito primeiros meses do ano até agosto, o custo da cesta básica caiu em 12 capitais [...]”, é correto afirmar que
- (A) a ordem do constituinte “no acumulado dos oito primeiros meses do ano até agosto” poderia ser alterada para o final da oração, mas haveria mudança de sentido no enunciado.
 - (B) a ordem do constituinte “no acumulado dos oito primeiros meses do ano até agosto” poderia ser alterada para o final da oração, sem que houvesse mudança de sentido no enunciado.
 - (C) a ordem do constituinte “o custo da cesta básica” não poderia ser alterada para o início do trecho citado, pois tal constituinte não poderia ser separado do verbo com que concorda.
 - (D) a ordem do constituinte “o custo da cesta básica” poderia ser alterada para o início do trecho citado, mas haveria mudança de sentido no enunciado.

TEXTO BASE PARA AS QUESTÕES DE 05 A 07.

CESTA BÁSICA APONTA REDUÇÃO



J. BOSCO/O LIBERAL. Disponível em: <https://www.oliberal.com/charges/cesta-basica-aponta-reducao-1.718299>. Acesso em: 09 de outubro de 2023.

- 05 Com base nos elementos constitutivos do texto, observa-se a utilização de uma certa figura de linguagem, que decorre da relação estabelecida entre imagens e palavras presentes no texto. A alternativa em que consta uma correta associação entre a figura de linguagem que permeia o texto e sua definição é:
- (A) hipérbole, em que se exagera uma ideia, conferindo-lhe um valor mais expressivo. No caso do texto em questão, há um exagero na afirmação de que a “cesta básica aponta redução”, sendo que as imagens no texto reforçam essa ideia.
 - (B) sinestesia, em que se observa um encontro de diferentes sensações, mobilizando diferentes órgãos dos sentidos; combinação de sensações diferentes em uma só impressão, o que é ilustrado no texto por meio do termo “força” (representando o tato), em sua relação com a expressão facial do personagem masculino ilustrado no texto (representando a visão).
 - (C) ironia, provocada pelo caráter ambíguo que o termo “redução” assume (redução no preço da cesta básica *versus* redução em seu tamanho), de modo que o título da charge aponta para um sentido oposto (diminuição no preço da cesta básica) àquele apresentado nas imagens que constituem o texto (diminuição no carrinho de compras, que representa a cesta básica).
 - (D) eufemismo, em que se suaviza o discurso de que houve uma diminuição no tamanho da cesta básica, buscando tornar tal informação mais agradável, menos pesada, o que é reforçado pela presença do carrinho de compras em tamanho reduzido, ilustrado no texto.
- 06 Com base nos elementos verbais e visuais constitutivos do texto, a opção que estaria mais diretamente ligada à criação do efeito humorístico corresponde à relação estabelecida entre
- (A) a expressão facial do pai da garotinha e o termo “quebrar”.
 - (B) a expressão facial da garotinha e o referente “carrinho de brinquedo”.
 - (C) a palavra “redução” e a imagem do carrinho de brinquedo.
 - (D) o vocábulo “redução” e o termo “aponta”.

07 Em “Papai, não faça muita força para não quebrar meu carrinho de brinquedo”, a oração destacada introduz uma

- (A) causa/explicação relativa ao conteúdo anteriormente enunciado.
- (B) oposição/contrariedade em relação ao conteúdo anteriormente enunciado.
- (C) concessão/permissão relativa ao conteúdo anteriormente enunciado.
- (D) condição/possibilidade relativa ao conteúdo anteriormente enunciado.

TEXTO BASE PARA AS QUESTÕES DE 08 A 10.



TODA SEXTA TEM CESTA. Disponível em: <https://www.facebook.com/lasallenb/photos/o-projeto-toda-sexta-tem-cesta-realizado-por-nossa-pastoral-consiste-na-doa%C3%A7%C3%A3o-d/1053877924759149/>. Acesso em: 09 de outubro de 2023.

08 O texto acima veicula uma campanha de arrecadação de alimentos e outros itens para serem doados a uma creche. Com o propósito de chamar atenção para o objetivo da campanha, utiliza-se um recurso linguístico, o qual está ligado a um

- (A) efeito de redundância, em que são empregadas palavras equivalentes semanticamente.
- (B) efeito de contradição, em que palavras semanticamente antagônicas são empregadas, a fim de chamar a atenção do público leitor.
- (C) uso ambíguo de palavras, as quais podem ser interpretadas de mais de uma maneira, gerando um efeito humorístico.
- (D) uso de uma espécie de “trocadilho”, envolvendo o emprego de palavras com sons correspondentes e significados diferentes.

09 No trecho “Traga alimentos, itens de higiene pessoal e material de limpeza”, a alternativa em que consta uma correta associação entre o tipo textual empregado no trecho e sua conceituação é

- (A) tipo textual narrativo, pelo uso de verbo no tempo passado, em que se narra um determinado evento.
- (B) tipo textual descritivo, em que são apresentadas propriedades, qualidades, características de um dado referente.
- (C) tipo textual injuntivo, em que se emprega o verbo no modo imperativo, evocando o leitor a realizar uma ação.
- (D) tipo textual expositivo, em que se conceitua um dado referente, detalhando suas particularidades.

10 No enunciado “A creche Santa Clara precisa de sua doação”, é correto afirmar que se utiliza a figura de linguagem

- (A) metonímia, em que “a creche Santa Clara” apresenta uma relação de contiguidade com o referente que representa no enunciado.
- (B) comparação, em que “a creche Santa Clara” é comparada figurativamente ao referente a que faz alusão no enunciado.
- (C) catacrese, em que “a creche Santa Clara” é um termo “emprestado”, utilizado em lugar de outro, dada a inexistência de uma expressão mais apropriada para o contexto em questão.
- (D) perífrase ou antonomásia, em que “a creche Santa Clara” é um tipo de “apelido” dado ao termo que designa, a fim de conferir a este um maior valor expressivo.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

AS QUESTÕES DE 11 a 20 REFEREM-SE AO RJU DE PARAUPEBAS

11 Sobre a licença para tratar de interesse particular, concedida ao servidor estável, considere as afirmativas abaixo.

I – A licença será negada quando o afastamento do servidor for inconveniente ao interesse da Administração.

II – A licença poderá ser interrompida a qualquer tempo, a pedido do servidor ou por interesse da Administração.

III – O requerente aguardará, em exercício ou não, a concessão da licença, sob pena de demissão por abandono de cargo.

É correto o que se afirma em:

(A) II e III.

(B) I, II e III.

(C) I e II.

(D) III, apenas.



12 O servidor nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório por um período de 36 (trinta e seis) meses, durante o qual sua aptidão e capacidade serão avaliadas para o desempenho do cargo, observado o fator

(A) competitividade.

(B) empreendedorismo.

(C) individualismo.

(D) capacidade de iniciativa.

13 O ato pelo qual o servidor passa a ter exercício em outro órgão da administração municipal, no âmbito do mesmo quadro de pessoal, denomina-se

(A) remoção.

(B) readaptação.

(C) promoção.

(D) redistribuição.

14 Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável será colocado em

(A) indisponibilidade, com remuneração parcial suspensa.

(B) disponibilidade, com percebimento de dez por cento da remuneração.

(C) indisponibilidade, com remuneração integral.

(D) disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

15 O estágio probatório do servidor público de Parauapebas será suspenso no período em que o servidor encontrar-se no(s) seguinte(s) caso(s).

I – afastamento para o exercício de cargo em comissão no Município.

II – afastamento para exercício de mandato eletivo federal, estadual, distrital ou municipal, ressalvada a hipótese de acumulação do cargo com um mandato.

III – afastamento para ocupar o cargo de Secretário Municipal ou a ele equiparado.

É correto o que se afirma em:

(A) I e II, apenas

(B) I, II e III.

(C) II e III, apenas.

(D) III, apenas.

16 Em qualquer trabalho contínuo cuja duração exceda 6 (seis) horas, conceder-se-á um intervalo para repouso ou alimentação, o qual será de,

- (A) no máximo, de uma 1 (uma) hora, podendo exceder em casos excepcionais e mediante autorização expressa.
- (B) no mínimo, de 2 (duas) horas, não podendo exceder de 3 (três) horas.
- (C) no mínimo, de meia hora, não podendo exceder de 1 (uma) hora.
- (D) no mínimo, de uma 1 (uma) hora, não podendo exceder de 2 (duas) horas.

17 Salvo quando se tratar de função de confiança e livre escolha, é vedado ao servidor do Município de Parauapebas trabalhar sob chefia imediata de

- (A) parentela por afinidade em qualquer grau.
- (B) parente até primeiro grau.
- (C) parente até segundo grau.
- (D) parente colateral até o quarto grau.

18 A investidura do servidor, em cargo com atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica, denomina-se

- (A) promoção.
- (B) readaptação.
- (C) nomeação.
- (D) reversão.

19 A investidura em cargo público de provimento efetivo será feita mediante concurso público de provas, ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo. Sobre o concurso público, é correto afirmar que

- (A) não se abrirá novo concurso público enquanto a ocupação do cargo puder ser feita por servidor em disponibilidade ou por candidato aprovado em concurso anterior com prazo de validade ainda não expirado.
- (B) a Lei Municipal referente ao concurso público estabelecerá os requisitos a serem satisfeitos pelos candidatos, independentemente de ordem de classificação e possibilidade de nomeação.
- (C) o concurso público terá validade de até 03 (três) anos, prorrogáveis, uma vez, por período máximo de dois anos.
- (D) a aprovação em concurso já cria direitos à nomeação do candidato aprovado, mas esta, quando se der, far-se-á em ordem rigorosa de classificação dos candidatos, independentemente de inspeção médica oficial.

20 Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargos cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras, sendo a elas reservado

- (A) 5% (cinco por cento) das vagas oferecidas no concurso.
- (B) 3% (três por cento) das vagas oferecidas no concurso.
- (C) 10% (dez por cento) das vagas oferecidas no concurso.
- (D) 1% (um por cento) das vagas oferecidas no concurso.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

21 No sistema operacional multitarefa Windows 10, versão 1903 ou posterior, para pausar a atualização do sistema operacional, o usuário pode selecionar o menu Iniciar > Configurações > atualização & segurança > Windows Update. Neste caso, a pausa padrão é de

- (A) 3 dias.
- (B) 7 dias.
- (C) 10 dias.
- (D) 30 dias.

- 22** No buscador Microsoft Bing, ao realizar a busca por cpf | gov.br, serão filtradas
- (A) somente as páginas do domínio gov.br que tenham algum conteúdo relacionado ao assunto cpf.
 - (B) as páginas que tenham algum conteúdo relacionado ao assunto cpf menos as páginas do domínio gov.br.
 - (C) somente as páginas do domínio gov.br que não tenham conteúdo relacionado ao assunto cpf.
 - (D) as páginas que tenham algum conteúdo relacionado ao assunto cpf ou do domínio gov.br.

- 23** No programa Microsoft Word 365, versão desktop em Português (Brasil) para Windows, as seguintes opções são funções do menu Exibir:
- (A) Modo de Leitura, Rascunho e Margens.
 - (B) Margens, Orientação e Layout de Impressão.
 - (C) Rascunho, Layout de Impressão e Modo de Leitura.
 - (D) Modo de leitura, Rascunho, Sumário.

- 24** Sobre o armazenamento em nuvem, é correto afirmar que é um serviço de computação que
- (A) permite armazenar arquivos na Internet por meio de um provedor de computação em nuvem que pode ser acessado usando a Internet ou uma conexão de rede privada dedicada.
 - (B) pode ser do tipo nuvem pública, nuvem comprimida e nuvem homogênea.
 - (C) é utilizado para verificar a existência de vírus nos arquivos armazenados no computador pessoal.
 - (D) provê a comunicação sem fio entre dispositivos móveis por meio de um provedor de computação em nuvem.

- 25** Sobre os tipos de extensões de arquivos, é correto afirmar que
- (A) .docx é uma extensão de arquivo do tipo texto que pode ser editado utilizando o software livre Microsoft Word.
 - (B) .pdf é uma extensão de arquivo do tipo texto que pode ser editado utilizando o software livre Adobe Acrobat Pro.
 - (C) .xlsx é uma extensão de arquivo do tipo texto que pode ser editado utilizando o software livre Microsoft Excel.
 - (D) .odt é uma extensão de arquivo do tipo texto que pode ser editado utilizando o software livre LibreOffice Writer.

ATUALIDADES

- 26** Pesquisadores da Universidade de São Paulo chamam a atenção para o aquecimento global, advertindo que a atmosfera terrestre está ficando com uma quantidade maior de energia e uma das maneiras do sistema climático dissipar essa energia é através do aumento de eventos climáticos extremos. Uma das consequências deste fato é a(o)
- (A) maior vulnerabilidade da população mais pobre e periférica.
 - (B) multiplicação da produção de alimentos transgênicos.
 - (C) impacto econômico similar em todas as camadas mais ricas da população.
 - (D) diminuição da produção de carne na região saariana.

- 27** Uma das medidas recentes do Governo Federal em relação à crise da segurança no Estado do Rio de Janeiro é a(o)
- (A) ampliação do valor do Auxílio Reclusão.
 - (B) envio de tropas da Força Nacional.
 - (C) intervenção no governo do estado.
 - (D) bloqueio nas favelas próximas ao centro da cidade.

- 28** Realizado em setembro, no Centro Cultural de Parauapebas, o Festival Dança Carajás 2023, foi interrompido pela Prefeitura do Município em decorrência de
- (A) confusão generalizada na plateia.
 - (B) presença de homens armados.
 - (C) suspeita de distribuição de drogas.
 - (D) cena de nudez durante uma apresentação.

29 Na segunda semana do mês de outubro de 2023, um fato relevante exigiu um posicionamento imediato por parte das gigantes Google, Amazon e Microsoft. Isto se deu por causa da(do)

- (A) descoberta de que as três gigantes se preparavam para uma fusão.
- (B) investigação do Congresso americano sobre venda de informações privadas.
- (C) acusação de roubo de dados de autoridades chinesas e russas.
- (D) maior ataque hacker do tipo de negação de serviços já percebido na internet.

30 No meio da polêmica entre a dependência econômica em relação à energia baseada em combustíveis fósseis e a necessidade de proteção do meio ambiente, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), em setembro deste ano, resolveu

- (A) suspender, por tempo indeterminado, a exploração de petróleo na margem meridional.
- (B) promover audiência pública sobre a energia baseada em recursos renováveis.
- (C) emitir primeira licença para atividades petrolíferas na margem equatorial.
- (D) proibir, definitivamente, a exploração de petróleo na costa do Amapá e do Pará.

ESPECÍFICAS ANALISTA AMBIENTAL

31 A Constituição brasileira de 1988 possui um capítulo específico sobre meio ambiente. Dentre as obrigações estabelecidas pelo Poder Público para a proteção ambiental é correto afirmar que

- (A) definir em todos os estados da federação áreas de garimpagem sustentável para a preservação de espécies da fauna e da flora ameaçadas de extinção.
- (B) promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.
- (C) exigir estudo prévio de impacto ambiental para a verificação da necessidade de licenciamento de atividades econômicas.
- (D) manter regime fiscal favorecido para os produtos fósseis como estratégia de mitigação climática.

32 A determinação constitucional que impõe aos infratores o dever de reparar os danos causados por condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente se baseia no princípio do(a)

- (A) protetor-recebedor.
- (B) usuário-pagador.
- (C) poluidor-pagador.
- (D) equidade intergeracional.

33 A Lei Municipal Nº 4.253/2002, que estabeleceu a Política Municipal de Meio Ambiente de Parauapebas, criou o sistema municipal de meio ambiente, que é constituído por um conselho, órgão central executor, órgãos setoriais e um fundo. Sobre o funcionamento desse sistema, é correto afirmar que

- (A) os órgãos setoriais do sistema municipal possuem função de arrecadação e financiamento da proteção de meio ambiente no âmbito local.
- (B) o fundo municipal de meio ambiente possui poder de polícia administrativa para a aplicação de auto de infrações de condutas lesivas ao meio ambiente.
- (C) o Conselho Municipal de Meio Ambiente tem função normativa, consultiva e deliberativa.
- (D) a secretaria municipal de meio ambiente atua na elaboração complementar de programas e projetos relativos à proteção da qualidade ambiental ou que tenham por finalidade disciplinar o uso dos recursos ambientais.

34 A Constituição brasileira de 1988, ao dispor sobre a Política Urbana, estabeleceu que

- (A) os municípios mineradores devem elaborar e aprovar plano diretor, desde que possuam população igual ou superior a dois mil habitantes.
- (B) as desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em títulos da dívida pública, indenizando-se as benfeitorias em dinheiro.
- (C) os imóveis públicos urbanos que descumprem sua função social podem ser adquiridos por usucapião.
- (D) é facultado ao Poder Público municipal exigir do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, mediante Lei específica para área incluída no Plano Diretor.

35 A Lei do Estatuto da Cidade estabelece diretrizes e objetivos para o planejamento urbano no país, que devem estar expressas no plano diretor. Sobre a elaboração desse instrumento, é correto afirmar que

- (A) o plano diretor deverá englobar os territórios urbanos do Município.
- (B) o plano diretor é parte integrante do processo de planejamento municipal, devendo os instrumentos, plano plurianual, diretrizes orçamentárias e orçamento anual, incorporarem as diretrizes e as prioridades nele contidas.
- (C) a lei que instituir o plano diretor deverá ser revista, pelo menos, a cada cinco anos.
- (D) é facultado aos municípios incluir no plano diretor sistemas de acompanhamento e controle.

36 A Lei Federal Nº 6.766/1979 é a norma geral que disciplina o parcelamento do solo urbano no país. Sobre as vedações ao parcelamento do solo urbano, é correto afirmar que

- (A) a norma não admite a simplificação da infraestrutura básica em áreas identificadas como de interesse social.
- (B) a legislação veda o parcelamento do uso do solo em terrenos onde as condições geológicas não aconselham a edificação.
- (C) a norma geral tem como critério mínimo a área de 250 m² e frente mínima de 10 metros para aprovação de lotes urbanos.
- (D) a redução da faixa não edificável ao longo das faixas de domínio público das rodovias, por meio de lei municipal de planejamento territorial, não é aplicável à aprovação de loteamentos urbanos.

37 Sobre o regime jurídico das áreas de preservação permanente, é correto afirmar que

- (A) é uma área cuja finalidade é o manejo sustentável dos recursos florísticos e faunísticos situados em áreas rurais.
- (B) os empreendimentos de abastecimento público de água e tratamento de esgoto não estão sujeitos à constituição de áreas de preservação permanente.
- (C) o percentual de área de preservação permanente em imóveis rurais situados na Amazônia legal é de 80%.
- (D) a intervenção ou a supressão de vegetação nativa definida como área de preservação permanente somente ocorrerá nas hipóteses de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto ambiental, previstas na Lei 12.651/2012.

38 Sobre o sistema nacional de unidades de conservação, em especial sobre as normas de criação e de gestão desse tipo de espaço territorial especialmente protegido, é correto afirmar que

- (A) compete ao Conselho Nacional de Meio Ambiente autorizar a mudança de categoria, redução de área ou extinção de uma unidade de conservação criada no país.
- (B) as unidades de conservação, exceto Área de Proteção Ambiental e Reserva Particular do Patrimônio Natural, devem possuir uma zona de amortecimento.
- (C) a área de uma unidade de conservação, para fins de uso e parcelamento do solo, é considerada zona rural, para os efeitos legais.
- (D) as unidades de conservação estão divididas em três grupos: uso sustentável, proteção integral e reserva da biosfera.

39 Sobre os fundamentos da Política Nacional de Recursos Hídricos, é correto afirmar que

- (A) a água é considerada um bem finito e de propriedade do governo federal.
- (B) o uso prioritário dos recursos hídricos em situação de escassez é o consumo humano e a dessedentação de animais.
- (C) a gestão dos recursos hídricos deve ser centralizada no Poder Público, sendo facultada a participação da sociedade civil.
- (D) a gestão dos recursos hídricos deve proporcionar sua valorização econômica, conforme dispõe o princípio do usuário-pagador.

40 Sobre as disposições contidas na Lei Federal Nº 11.445/2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, é correto afirmar que

- (A) os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada por meio de remuneração pela cobrança dos serviços dos usuários e por subsídios ou subvenções, quando necessário.
- (B) é princípio básico do serviço público de saneamento a universalização do serviço público de saneamento básico, devendo ser evitadas adaptações de métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades locais e regionais.
- (C) constituem-se como serviço público de saneamento soluções individuais, desde que o usuário não dependa de terceiros para operar os serviços, bem como as ações e serviços de saneamento básico de responsabilidade privada.
- (D) os recursos hídricos integram os serviços públicos de saneamento básico.

41 A repartição comum de competências em matéria ambiental foi regulamentada pela Lei Complementar Nº 140/2011. Sobre a competência municipal, é correto afirmar que

- (A) compete ao município aprovar a supressão e o manejo de vegetação, de florestas e formações sucessoras em florestas públicas municipais e unidades de conservação instituídas pelo Município, exceto em Áreas de Proteção Ambiental.
- (B) compete ao município aprovar licenciamentos localizados ou desenvolvidos em terras indígenas.
- (C) compete ao município autorizar a apanha de espécimes da fauna silvestre ameaçadas de extinção.
- (D) compete ao município autorizar o acesso ao patrimônio genético e o ao conhecimento tradicional associado dentro de seus limites territoriais.

42 A Lei da Política Nacional de Meio Ambiente é uma norma fundante para o disciplinamento das atividades humanas potencial ou efetivamente adversas à proteção ambiental. Sobre as definições contidas na norma, é correto afirmar que

- (A) o conceito de poluição é definido como a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos, permitindo a responsabilização ambiental do infrator, mesmo mediante a ausência de um dano civil comprovado por laudo técnico.
- (B) o conceito de degradação da qualidade ambiental é definido como qualquer alteração das características do meio ambiente.
- (C) o conceito de meio ambiente é definido como o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica que permitem, abrigam e regem a vida humana das presentes e futuras gerações.
- (D) o conceito de poluidor é definido como a pessoa física responsável por atividade causadora de degradação ambiental.

43 Sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente descritas no Decreto Federal n. 6.514/2008, é correto afirmar que

- (A) prescreve em um ano e um dia a ação da administração, objetivando apurar a prática de infrações contra o meio ambiente, contada da data da prática do ato, ou do dia em que esta tiver cessado, no caso de infração permanente ou continuada.
- (B) o agente autuante, ao lavrar o auto de infração, indicará as sanções estabelecidas neste Decreto, observando o nível de conhecimento das normas ambientais pelo infrator.
- (C) deverá ser aplicada a penalidade de demolição quando, mediante laudo técnico, for comprovado que o desfazimento poderá trazer piores impactos ambientais que sua manutenção, em razão da aplicação do princípio da ausência de direito adquirido contra o meio ambiente.
- (D) os bens apreendidos deverão ficar sob a guarda do órgão ou entidade responsável pela fiscalização, podendo ser, excepcionalmente, confiados a fiel depositário até o julgamento do processo administrativo.

44 Sobre a aplicação de sanções penais ambientais a pessoas jurídicas, é correto afirmar que

- (A) as pessoas jurídicas serão responsabilizadas penalmente nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da sua entidade.
- (B) são circunstâncias que atenuam a pena quando o agente comete crime no interesse de pessoa jurídica subvencionada por verbas públicas ou beneficiada por incentivos fiscais.
- (C) as penas aplicáveis às pessoas jurídicas podem ser restritivas de direito ou de liberdade.
- (D) a responsabilização penal das pessoas jurídicas exclui a das pessoas físicas, autoras, coautoras ou partícipes do mesmo fato, em razão do princípio da vedação da dupla incriminação.

45 Considerando a legislação federal e municipal que disciplina a educação ambiental, é correto afirmar que

- (A) é um instrumento da política nacional de meio ambiente, devendo ser tratada prioritariamente na educação formal dos percursos curriculares do ensino infantil e médio, por meio de uma disciplina específica.
- (B) a política municipal de meio ambiente de Parauapebas determina que 2,5% dos recursos provenientes da aplicação das multas cobradas pelo cometimento de infrações às normas ambientais estabelecidas pelo Poder Público Municipal sejam destinados anualmente para atividades de educação ambiental.
- (C) é um princípio básico da educação ambiental a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural.
- (D) a elaboração de estudo de impacto ambiental é considerada uma estratégia de difusão do conhecimento científico para fins didáticos nas escolas, segundo a política municipal de meio ambiente de Parauapebas.

46 Sobre a exigência de estudo de impacto ambiental pela Administração Pública, considerando as disposições constitucionais e legais sobre o tema em matéria ambiental, é correto afirmar que

- (A) a Constituição brasileira de 1988, em seu art. 225, obriga que o Poder Público exija, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, observadas as exigências mínimas da legislação federal.
- (B) a Constituição brasileira de 1988, em seu art. 225, excepcionou exigência de estudo de impacto ambiental para a exploração mineral, mas exigiu a recuperação da área degradada, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente.
- (C) a Política municipal de meio ambiente de Parauapebas prevê a possibilidade de exigências de estudo de impacto ambiental para atividades de médio e baixo impacto ambiental, devendo, nesses casos, os custos de sua elaboração correrem por conta do fundo municipal de meio ambiente.
- (D) a Política nacional de meio ambiente exclui da obrigatoriedade de apresentação de estudo de impacto ambiental obras públicas que possam gerar significativa degradação do meio ambiente, em razão do princípio ambiental da impossibilidade de autolicensingamento.

47 Sobre a aplicação da responsabilização civil por dano ambiental no ordenamento jurídico brasileiro, é correto afirmar que

- (A) o ordenamento jurídico brasileiro adota a teoria da responsabilidade civil objetiva de risco integral na reparação de danos ambientais.
- (B) em razão da amplitude da responsabilidade civil para a reparação de danos ambientais, não é necessário demonstrar nexos de causalidade entre a conduta do agente e a configuração do dano.
- (C) a recomposição do dano civil ambiental possui natureza de sanção e impede a aplicação de infrações penais e administrativas pelo mesmo ato, em razão do princípio da vedação da dupla incriminação.
- (D) aplica-se à reparação civil de danos ambientais o princípio da insignificância, se o infrator ambiental não possuir outra condenação pelo mesmo ato infracional.

48 O estímulo à sustentabilidade pode ser identificado na Constituição brasileira de 1988 em diversas disposições. Sobre a relação entre sustentabilidade e ordem econômica, é correto afirmar que ela se materializa no

- (A) princípio da propriedade privada.
- (B) tratamento diferenciado, conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação.
- (C) princípio da defesa do consumidor.
- (D) princípio da busca do pleno emprego.

49 Sobre a elaboração de parâmetros de qualidade ambiental na legislação brasileira, em especial na Lei Federal Nº 6.938/1981, é correto afirmar que

- (A) é um instrumento da política nacional de meio ambiente.
- (B) é competência dos órgãos executores do sistema nacional de meio ambiente propor normas e padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida.
- (C) a violação dos parâmetros normalizados de qualidade ambiental não caracteriza poluição ou degradação ambiental, a partir das definições legais da política nacional de meio ambiente.
- (D) os parâmetros normalizados de qualidade ambiental necessitam ser formalizados por lei ou decreto, para serem aplicados no processo de licenciamento e fiscalização em matéria ambiental, observado o princípio da proibição de retrocesso.

50 As disposições legais que tratam sobre licenciamento ambiental, na Lei Municipal Nº 4.253/2002, dispõem sobre a Política Municipal de Meio Ambiente de Parauapebas. A esse respeito, é correto afirmar que

- (A) é competência do Conselho Municipal de Meio Ambiente deliberar sobre a aprovação de licenciamentos e a consequente expedição de licenças.
- (B) todos os pedidos de licenciamento, inclusive os de renovação, deverão ser publicados de forma resumida em jornal de circulação local, pelo menos uma vez, às expensas do empreendedor, ressalvados os casos de sigilo industrial ou de segurança nacional.
- (C) a dispensa do licenciamento ambiental desobriga o interessado de obter as demais licenças legalmente exigíveis na esfera municipal, estadual ou federal de órgãos públicos da administração direta e indireta, bem como outros atos autorizativos legalmente exigíveis, em razão do princípio da unidade do licenciamento.
- (D) a dispensa de licenciamento ambiental tem prazo de validade de dois anos e é definida como modalidade de licença ambiental aplicada às atividades, empreendimentos ou obras que, por suas especificidades, riscos ambientais, porte e outras características são consideradas de baixo potencial poluidor/degradador.

**QUESTÕES ANALÍTICO-DISCURSIVAS
ANALISTA AMBIENTAL**

ATENÇÃO: O espaço abaixo é para *rascunho*, suas respostas definitivas deverão ser, obrigatoriamente, transcritas para o **FORMULÁRIO DE QUESTÕES ANALÍTICO DISCURSIVAS**, fornecido especificamente para esse fim; O **Formulário**, em hipótese alguma, poderá ter sua identificação e, nele, textos rasurados, escritos a lápis ou com letra ilegível **NÃO** serão considerados.

QUESTÃO 01: Com base na Lei Municipal nº. 4.253/2002, cite e descreva, pelo menos, três meios pelos quais o Município de Parauapebas deve assegurar a proteção do patrimônio natural e do potencial genético em seu território.

RASCUNHO DA RESPOSTA – Transfira resposta definitiva para o Formulário Próprio.	
01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

QUESTÃO 02: Considerando as definições sobre controle ambiental, previstas no art. 21 da Lei Municipal nº. 4.253/2002, conceitue os termos Avaliação de Impactos Ambientais (AIA) e licenciamento ambiental municipal, diferenciando-os.

RASCUNHO DA RESPOSTA – Transfira resposta definitiva para o Formulário Próprio.	
01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	